



**Reunidas S.A.
Transportes Coletivos – “Em
Recuperação Judicial”**

CNPJ 83.054.395/0001-32

Caçador - SC

**Demonstrações Financeiras individuais e
consolidadas do Exercício Findo em 31 de
Dezembro de 2021**



REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS – Em Recuperação Judicial

CNPJ 83.054.395/0001-32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Diretoria do Grupo Reunidas, composto pelas empresas Reunidas S/A Transportes Coletivos – em recuperação judicial, Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S/A – em recuperação judicial, Real Transporte e Turismo S/A – em recuperação Judicial, Reunidas Transportes S/A e Reunidas Industria e Comércio S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2021, em conjunto com as respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, objetivando divulgar o desempenho da companhia.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 02 de maio de 2016 foi protocolada junto a Comarca de Caçador – SC, a ação de Recuperação Judicial das empresas **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – em recuperação judicial, Real Transporte e Turismo S.A. – em recuperação judicial e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. – em recuperação judicial**, tendo sido deferido o pedido de Recuperação Judicial pela 2ª Vara Cível da Comarca de Caçador – SC no dia 09 de maio do mesmo ano.

O Plano de Recuperação Judicial das empresas foi elaborado visando à recuperação e soerguimento das atividades, sempre prezando pela transparência e clareza junto aos credores. A credibilidade na condução dos trabalhos de reestruturação e do Plano de Recuperação Judicial foi corroborada pela Assembleia Geral de Credores (AGC), que ocorreu no dia 05 de dezembro de 2017 na cidade de Caçador – SC, ocasião em que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por mais de 98% (noventa e oito por cento) dos Credores presentes ou representados na Assembleia, tendo sido homologado pelo MM. Juiz no dia 18 de dezembro de 2017.

As empresas Reunidas Transportes S/A e Reunidas Indústria e Comércio S/A não fazem parte do processo de Recuperação Judicial.

Durante o exercício de 2021, com verbas oriundas da venda de bens das empresas no processo de recuperação judicial, a partir da manifestação favorável do Ministério Público e do Administrador Judicial, foram implementadas as seguintes ações de investimento, melhorias e regularizações tributárias:

1. Aquisição de veículos caminhões no montante de R\$ 955.000,00(Novecentos e cinquenta cinco mil reais);
2. Melhorias operacionais, que consistiram em niveladoras de doca e paleteiras, tendo ocorrido um investimento no valor de R\$ 178.000,00(cento e setenta oito mil reais).
3. Pagamento de FGTS em atraso de colaboradores, no montante de R\$ 5.387.187,93(Cinco milhões, trezentos e oitenta sete mil, cento e oitenta sete reais e noventa e três centavos).
4. Reforma em 34 (trinta e quatro) veículos caminhão, que correspondeu ao valor total de R\$ 776.000,00(setecentos e setenta seis mil reais).
5. Locação de imóvel e investimento na estrutura e infra estrutura para alocação da filial do Grupo na cidade de Chapecó - SC, no valor de R\$ 954.618,69(novecentos cinquenta quatro mil, seiscentos dezoito reais, e sessenta nove centavos).

Além dos investimentos acima mencionados, as empresas do Grupo Reunidas, com recursos próprios, realizaram as seguintes atividades:

1. Pagamento aos credores programados no montante de R\$ 2.197.409,75(dois milhões, cento e noventa sete mil, quatrocentos e nove reais e setenta cinco centavos);
2. Locação de imóvel e investimento na estrutura e infra estrutura para alocação da filial do Grupo na cidade de Chapecó - SC, no valor de R\$ 66.725,55(sessenta seis mil, setecentos vinte cinco reais e cinquenta cinco centavos)



Importante ressaltar que o plano de recuperação judicial das empresas do Grupo Reunidas está sendo cumprido, não havendo qualquer pagamento em atraso.

CENÁRIO E DESEMPENHO

Durante o ano de 2021, ainda com algumas restrições impostas pelos poderes concedentes em decorrência da pandemia, acabou ocorrendo um aumento no número de passageiros transportados no setor de transporte coletivo de passageiros do Grupo, que correspondeu a um aumento de receita no percentual de 22%(vinte dois por cento) em relação ao ano anterior, representando um incremento de receita de R\$ 16.939.186,45 (dezesseis milhões, novecentos e trinta e nove mil, centro e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Diante deste cenário, o Grupo Reunidas necessitou utilizar, novamente, dos efeitos previstos na Medida Provisória 1046 do Governo Federal, realizando a suspensão do contrato de trabalho e a redução de jornada e salarial de seus colaboradores, pelo período autorizado, visando a manutenção de empregos.

Mesmo enfrentando os reflexos da pandemia, na divisão de transporte rodoviário de passageiros, a empresa continuou honrando a folha de pagamento de seus colaboradores, utilizando os efeitos da Medida Provisória 1046 do Governo Federal, bem como continuou com o processo de reorganização operacional, visando a otimização de linhas, com reflexos direto nos custos.

Em contrapartida o *e-commerce* foi o influenciador para que a área de transporte rodoviário de cargas prosseguisse com suas atividades em expansão, tendo havido um aumento de receita com este segmento de 14% (quatorze por cento) em relação ao exercício anterior, o que representou em valores reais, um acréscimo de R\$ 14.323.933.86 (Quatorze milhões, trezentos e vinte três mil, novecentos e trinta três reais e oitenta e seis centavos).

Outros passos importantíssimos foram dados no final do ano de 2021.

As empresas do Grupo Reunidas que estão em Recuperação Judicial efetuaram adesão ao programa de regularização fiscal do Estado do Paraná, estando em dia com suas obrigações tributárias com aquele estado. Já a Reunidas Transportes S/A está em processo avançado no sentido de obter sua regularidade fiscal.

Ainda, foi apresentada uma Proposta de Transação Individual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, cuja finalidade é obter a regularidade fiscal, em âmbito federal, de todas as empresas do Grupo, utilizando dos benefícios fiscais. Dita proposta encontra-se sob análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Iniciado a negociação junto ao estado do RS, o qual está sendo feito um estudo financeiro para identificação do valor de parcela mensal a ser pago.

PERSPECTIVAS

Para o ano de 2022, o objetivo traçado pela administração do Grupo Reunidas consiste em:

- Cumprimento do plano de recuperação judicial, com pagamento de credores, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- Novo aporte de capital não operacional (com recursos oriundos da venda de ativos e de recursos retidos no processo de recuperação judicial).
- Expansão da área de atuação da divisão de transporte rodoviário de cargas, com o consequente incremento de receita;
- Continuidade na busca de redução de custos em todas as empresas do grupo;
- Otimização e padronização de processos;
- Equalização da dívida tributária:
- Negociação Federal
- Finalizada a negociação de tributos com o estado do RS
- Realizar a negociação dos tributos com o estado de SC
- Iniciar as tratativas com o Estado de SP e órgãos concedentes



- Aquisição de ônibus metropolitanos e rodoviários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes 71 (setenta um) anos de existência da Reunidas, sempre contamos com o apoio e união de esforços de nossos colaboradores, clientes, acionistas, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais e a comunidade. Em 2022 manteremos a empresa focada em seus objetivos, visando atingir os resultados desejados.

Caçador, 31 de março de 2022.

LYCURGO FAORO COELHO
DE SOUZA:34775579991

Assinado de forma digital por LYCURGO
FAORO COELHO DE SOUZA:34775579991
Dados: 2022.04.29 08:54:47 -03'00'

Lycurgo Faoro Coelho de Souza
Diretor Presidente

MARCELO
CHIARELLO:6026362
8949

Assinado de forma digital por
MARCELO
CHIARELLO:60263628949
Dados: 2022.04.29 08:54:20 -03'00'

Marcelo Chiarello
Diretor Vice-Presidente



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Diretores e Acionistas da

Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”

Caçador - SC

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Reunidas S.A. Transportes Coletivos - “Em Recuperação Judicial”** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Recuperabilidade de Ativos (Controladora e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2021, conforme mencionado na nota explicativa “11”, a Controladora possui créditos de R\$ 37.004 Mil, relativos aos adiantamentos concedidos à companhia do Grupo **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**

Recuperação Judicial (Controladora e Consolidado)

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, as Companhias do Grupo **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”, Reunidas Transportadora de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”** e **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, em 02 de maio de 2016, o qual teve o deferimento em 09 de maio de 2016.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, sendo aprovado pelos credores nessa data e, homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

As Companhias não mensuraram, até a presente data, todos os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como esta situação gera uma incerteza relevante quanto a recuperabilidade deste saldo, a qual está condicionada ao sucesso da recuperação judicial da referida Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Incerteza Relevante

Sem ressaltar nossa opinião, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2021 passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 851.628 Mil (R\$ 1.347.441 Mil, no Consolidado) em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 80.095 Mil (R\$ 77.203 Mil, no Consolidado), gerando passivos superiores em R\$ 771.533 Mil (R\$ 1.270.238 Mil, no Consolidado), bem como Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo) nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado de R\$ 657.314 Mil, sendo necessário para continuidade normal das suas operações, a equalização da situação patrimonial e financeira, bem como o cumprimento do plano de recuperação judicial mencionado na nota explicativa "1". Fato este agravado pelos efeitos negativos gerados pela Pandemia às operações das Companhias Controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



MÜLLER & PREI

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2022.

Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/SC
George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1 S/SC



Reunidas S.A. Transportes Coletivos - "Em Recuperação Judicial"

**Caçador - SC
Balço Patrimonial
Ativo**

	Nota	Em Milhares de Reais			
		Controladora		Consolidado	
		31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Circulante		40.058	42.048	61.763	67.524
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	2.188	777	4.950	7.946
Contas a Receber de Clientes	6	26.012	33.925	36.883	45.424
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	7	3.860	685	7.153	3.980
Tributos a Recuperar	8	118	369	1.847	1.991
Estoques	9	3.241	4.103	5.786	5.569
Outros Direitos Realizáveis		4.639	2.189	5.144	2.614
Não Circulante		154.256	158.722	628.364	567.210
Direitos Realizáveis		40.037	43.090	15.440	18.017
Cauções e Depósitos	10	12.028	13.336	15.390	17.967
Aplicações de Liquidez Não Imediata		0	0	46	46
Outros Direitos Realizáveis		0	0	4	4
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	11	28.009	29.438	0	0
Investimentos	11	3.570	3.074	379.928	311.048
Imobilizado	12	110.570	112.521	232.888	238.079
Intangível		79	37	108	66
Total do Ativo		194.314	200.770	690.127	634.734

Passivo e Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

	Nota	Em Milhares de Reais			
		Controladora		Consolidado	
		31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Circulante		758.044	751.252	1.128.330	1.097.576
Fornecedores	13	8.045	7.993	18.327	16.907
Instituições Financeiras	14	1.214	1.397	3.768	7.480
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	68.329	63.628	144.526	127.870
Obrigações Fiscais e Tributárias	16	67.129	62.460	220.135	192.600
Provisão p/Férias e Encargos		1.964	2.244	6.863	7.118
Adiantamentos de Clientes		40	41	559	279
Parcelamentos de Tributos	17	395.342	397.716	702.061	710.686
Valores Arrecadados de Terceiros		146	316	2.642	2.712
Provisão p/Perdas com Investimentos	11	202.430	201.371	0	0
Obrigações Vinculadas a Recuperação Judicial		10.948	12.015	12.385	13.471
Arrendamento Mercantil		0	0	8.940	11.653
Outras Obrigações		2.457	2.071	8.124	6.800
Não Circulante		93.584	84.995	219.111	172.635
Instituições Financeiras	14	2.380	2.714	10.811	11.171
Partes Relacionadas	18	33.240	18.159	0	0
Parcelamentos de Tributos	17	17.307	13.401	32.814	15.695
Provisão p/ Contingências	19	27.209	25.479	49.238	42.383
Valores Arrecadados de Terceiros		0	316	1.578	1.302
IR e CS Passivo Diferidos	20	13.448	24.926	124.670	102.084
Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)	21	(657.314)	(635.477)	(657.314)	(635.477)
Capital Social		46.750	46.750	46.750	46.750
Reservas de Reavaliação		1.662	1.662	1.662	1.662
Ajustes de Avaliação Patrimonial		10.696	15.002	10.696	15.002
Prejuízos Acumulados		(716.422)	(698.891)	(716.422)	(698.891)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)		194.314	200.770	690.127	634.734



Reunidas S.A. Transportes Coletivos - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração do Resultado

	Nota	Em Milhares de Reais			
		Controladora		Consolidado	
		Períodos		Períodos	
		01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20
Receita Operacional Líquida	22	23.112	17.496	164.222	139.359
Custos		(22.097)	(19.574)	(157.871)	(135.704)
Resultado Bruto		1.015	(2.078)	6.351	3.655
(Despesas)/Receitas Operacionais		(22.647)	(55.718)	14.340	(56.872)
Despesas Gerais e Administrativas		(18.966)	(16.666)	(39.409)	(37.191)
Despesas c/ Vendas		(5.725)	(5.285)	(19.271)	(18.003)
Resultado da Avaliação de Investimentos	11	(1.059)	(46.458)	-	-
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	23	3.103	12.691	73.020	(1.679)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(21.632)	(57.796)	20.691	(53.217)
Receitas Financeiras		7.383	1.014	14.735	10.467
Despesas Financeiras		(19.067)	(14.512)	(34.678)	(34.074)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(33.316)	(71.294)	748	(76.824)
IR e CS Correntes		0	0	0	(666)
IR e CS Diferidos	20	11.479	375	(22.585)	6.571
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		(21.837)	(70.919)	(21.837)	(70.919)

Demonstração do Resultado Abrangente

		Em Milhares de Reais			
		Controladora		Consolidado	
		Períodos		Períodos	
		01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		(21.837)	(70.919)	(21.837)	(70.919)
Movimentação do Exercício		-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício		(21.837)	(70.919)	(21.837)	(70.919)



Reunidas S.A. Transportes Coletivos - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)**

	Controladora		Consolidado	
	Em Milhares de Reais		Em Milhares de Reais	
	Períodos		Períodos	
	01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./21 a 31/dez./21	01/jan./20 a 31/dez./20
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes do IR e da CS	(33.316)	(71.294)	748	(76.824)
Ajustado por:				
Alienação do Imobilizado	640	140	1.559	3.511
Alienação de Investimentos	-	10.870	23.217	68.800
Ajustes ao Valor Justo - Propriedades para Investimentos	(496)	(329)	(90.198)	(17.070)
Depreciação/Amortização	1.539	2.815	8.635	7.502
Resultado da Avaliação de Investimentos	1.059	46.458	-	-
Provisões p/ Férias e Encargos	(280)	(60)	(255)	(239)
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa		0		
Provisões p/ Contingências	1.730	(2.326)	6.855	4.743
Atualizações de Direitos/Obrigações	14.149	10.445	27.217	20.126
Resultado Ajustado	(14.976)	(3.281)	(22.222)	10.549
IR e CS Pagos	-	-	-	(666)
(Aumento)/Redução dos Ativos:				
Contas a Receber de Clientes	7.913	(32.468)	8.541	(31.849)
Tributos a Recuperar	251	(105)	144	(453)
Estoques	862	189	(217)	(369)
Outros Direitos Realizáveis	(2.450)	(1.739)	(2.530)	(1.570)
Aumento/(Redução) dos Passivos:				
Fornecedores	52	(1.539)	1.420	(4.543)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.701	2.615	16.656	12.987
Obrigações Fiscais e Tributárias	1.662	4.186	19.176	23.882
Parcelamentos de Tributos	(9.610)	(3.255)	(10.323)	(3.264)
Valores Arrecadados de Terceiros	(486)	632	206	(142)
Obrigações Vinculadas a Recuperação Judicial	(1.067)	(2.567)	(1.086)	(5.205)
Outras Obrigações	388	(848)	(1.387)	7.599
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(12.760)	(38.180)	8.378	6.956
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicações no Imobilizado	(228)	(113)	(5.003)	(16.438)
Aplicações no Intangível	(42)	-	(42)	-
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.900)	(2.337)
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	(3.175)	768	(3.173)	2.531
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Ativo	1.429	34.742	-	-
Cauções e Depósitos	1.308	6.149	2.577	7.283
Partes Relacionadas - Ativo	316	(316)	-	-
Caixa Líquido Proveniente (Usado) nas Atividades de Investimento	(392)	41.230	(7.541)	(8.961)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Instituições Financeiras - Captações	2.740	-	9.494	6.740
Instituições Financeiras - Pagamentos	(3.257)	(2.258)	(13.607)	(4.475)
Adiantamentos de Clientes	(1)	(5)	280	(54)
Partes Relacionadas - Passivo	15.081	6.932	-	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	14.563	(4.326)	(3.833)	2.211
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa de Equivalentes de Caixa	1.411	(1.276)	(2.996)	206
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	777	2.053	7.946	7.740
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.188	777	4.950	7.946
	0	0	0	0



Reunidas S.A. Transportes Coletivos - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto) - Controladora

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2020	46.750	1.662	17.536	(630.506)	(564.558)
Prejuízo do Exercício				(70.919)	(70.919)
Realização do Custo Atribuído Imobilizado			(2.534)	2.534	0
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2020	46.750	1.662	15.002	(698.891)	(635.477)
Prejuízo do Exercício				(21.837)	(21.837)
Realização do Custo Atribuído Imobilizado			(4.306)	4.306	0
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021	46.750	1.662	10.696	(716.422)	(657.314)

Reunidas S.A. Transportes Coletivos - "Em Recuperação Judicial"

Caçador - SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto) - Consolidado

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial		Prejuízos Acumulados	Totais
			Controladora	Controladas		
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2020	46.750	1.662	10.009	7.526	(630.505)	(564.558)
Prejuízo do Exercício					(70.919)	(70.919)
Realização do Custo Atribuído Imobilizado			(3.086)	553	2.533	0
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2020	46.750	1.662	6.924	8.079	(698.891)	(635.477)
Prejuízo do Exercício					(21.837)	(21.837)
Realização do Custo Atribuído Imobilizado			(5.883)	1.577	4.306	0
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021	46.750	1.662	1.041	9.656	(716.422)	(657.314)

**Reunidas S.A. Transportes Coletivos –
"Em Recuperação Judicial"**

CNPJ 83.054.395/0001-32

Caçador - SC

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021**

(Valores em Milhares de Reais)



Nota 1. Informações Gerais

Controladora:

Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial” é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 16/11/1950 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230001427-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 83.054.395/0001-32, com sede na cidade de Caçador - SC, Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, 555, CEP 89.500-000. A Companhia tem por objetivo: a exploração de serviço de transporte coletivo rodoviário de passageiros, mediante concessão dos poderes competentes; o transporte rodoviário de cargas e encomendas; o transporte de malas postais; a prestação de transporte turístico de superfície previsto na legislação em vigor, demais serviços atinentes a estes ramos, e outros ramos que lhe convier.

Controladas:

Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”, iniciou suas atividades em 01 de abril de 1978 e tem por objeto: A prestação de serviço profissional de distribuição, consolidação, desconsolidação, repartição, movimentação e tráfego rodoviário de bens, mercadorias, materiais e valores, confecções em geral, auto peças, medicamentos (correlatos e controlados), insumos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e correlatos, moveis residenciais, móveis comerciais novos e acessórios, produtos e materiais gráficos e de papelaria, ferramentas e ferragens, produtos de informática, calçados e similares, revistas, jornais e livros, malotes e envelopes, produtos e substâncias alimentares, produtos de saneamento, produtos para a saúde, produtos agrícolas, implementos e componentes agrícolas, produtos e substâncias químicas industriais, produtos de uso doméstico, máquinas e equipamentos, cigarros, produtos automotivos, produtos eletrônicos, condutos elétricos e acessórios, pneus e acessórios, embalagens plásticas e de papel, acessórios em geral, eletrodomésticos, ferro e perfil de alumínio, portas e madeiras, bobinas de plástico e papel, laminados e acessórios, tapetes residenciais, TNT em rolos, divisórios comerciais, produtos plásticos (PVC), para-brisas e vidros similares, materiais de construção, bebidas em geral, em veículos automotores, através de operações da matriz, filiais e ou de seus estabelecimentos, agências ou representações; a exploração de outros ramos afins, a locação de bens móveis e imóveis; participação no capital de outras companhias como quotista ou acionista, mesmo que, de outros setores econômicos mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.

Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”, iniciou suas atividades em 26 de janeiro de 1970, e tem por objeto social o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto regiões metropolitanas.

Reunidas S.A. Indústria e Comércio iniciou suas atividades em 02 de outubro de 1979 e tem por objeto varejista de combustíveis para veículos automotores. A Companhia não auferiu receitas operacionais decorrentes de sua atividade nos anos-calendário de 2021 e 2020.

Reunidas Transportes S.A., iniciou suas atividades em 26 de outubro de 2.000 e tem por objeto: (a) Agências de viagens; (b) Operadores Turísticos; (c) Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificado anteriormente; (d) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual; (e) Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal,



interestadual e internacional; (f) Transporte rodoviário de produtos perigosos; e (g) Transporte rodoviário de mudanças, com o mesmo ou outro objeto social, na qualidade de sócia quotista ou acionista.

Recuperação Judicial

Em 02 de maio de 2016, as companhias do Grupo **Reunidas S.A. Transportes Coletivos – “Em Recuperação Judicial”, Real Transporte e Turismo S.A.- “Em Recuperação Judicial”** e **Reunidas Transportadora de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, ajuizaram pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto na operação de transporte terrestre de passageiros e cargas, bem como do agravamento do endividamento do Grupo Reunidas.

A medida objetiva a recuperação das companhias através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a consequente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a sociedade e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano.

Em 09 de maio de 2016 foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/15, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Luiz W. Jung da Moore Stephen Auditores e Consultores.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, o qual foi aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Reestruturação

As Companhias vêm desenvolvendo uma série de ações com o intuito de viabilizar a operação, dentre as quais merecem destaque:

- Profissionalização das companhias com a entrada de novos responsáveis pelas áreas de operações e financeiras;
- Revisão do modelo de negócios, com reestruturação das companhias, readequação da política salarial com reorganização de cargos e salários;
- Reavaliação de custos com fornecedores e parceiros;
- Otimização e reavaliação de linhas deficitárias;
- Desmobilização de ativos; e
- Revisão de processos nas áreas administrativas e operacionais.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração 31 de março de 2022.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

2.1.1 Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidado

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas de



acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.1.2 Demonstrações Financeiras Controladora X Consolidado

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, ambas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Reunidas S.A. Transportes Coletivos e suas controladas diretas e indiretas apresentadas abaixo:

Controlada	% de Participação	
	2021	2020
Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.	100%	100%
Reunidas Indústria e Comércio S.A.	100%	100%
Real Transportes e Turismo S.A.	100%	100%
Reunidas Transportes S.A.	50%	50%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as Companhias incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas Companhias controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Companhias incluídas na consolidação; e,



d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas Companhias incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta “Encargos Financeiros Líquidos”.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa “5”), nessa classificação.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa “6”), nessa classificação.

d) Passivos Financeiros



A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa “13”) e instituições financeiras (nota explicativa “14”).

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidez Duvidosa "P.C.L.D." (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa “6”.

2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa “9”.

2.6 Investimentos



Os investimentos permanentes em Companhias controladas e coligadas e sob controle comum, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Outros investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade, sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

Propriedades para Investimentos são inicialmente avaliadas pelo seu custo e a cada balanço pelo seu valor justo, com reconhecimento no resultado.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa “11”.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa “12”.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.



Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

2.9 Impairment de Ativos não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.10 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme disposto na nota explicativa “13”.

2.11 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da



transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, conforme disposto na nota explicativa “14”.

2.12 Partes Relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, conforme descrito na nota explicativa “18”.

2.13 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.14 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Grupo.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “19”.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do



exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre os ajustes de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e Leis Fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os tributos diferidos estão demonstrados na nota explicativa “20”.

2.16 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.17 Regime de Tributação das Companhias do Grupo

As Companhias do grupo são tributadas com base no Lucro Real.

2.18 Normas, Alterações e Interpretações de normas

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência



de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma trouxe impacto significativo, sendo realizados os ajustes contábeis necessários.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.



Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.



Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Caixa e Bancos	2.188	777	4.950	7.946
	<u>2.188</u>	<u>777</u>	<u>4.950</u>	<u>7.946</u>

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Duplicatas a Receber - Clientes	832	947	11.522	12.029
Fretes	-	37	-	55
Cartões de Crédito	292	141	653	837
Outras Contas a Receber	21	12	185	158
Contas a Receber Venda de Imóveis	25.566	33.570	25.566	33.570
(-) Provisão p/ Créditos de Liq. Duvidosa	(699)	(782)	(1.043)	(1.225)
	<u>26.012</u>	<u>33.925</u>	<u>36.883</u>	<u>45.424</u>

Nota 7. Adiantamentos aos Funcionários e Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Adiantamentos a Fornecedores	3.615	437	6.108	3.110
Adiantamentos a Funcionários	245	248	1.045	870
	<u>3.860</u>	<u>685</u>	<u>7.153</u>	<u>3.980</u>

Nota 8. Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
IRRF S/ Serviços e Mútuos	118	169	1.615	1.532
CSLL	-	-	-	-
PIS a Compensar	-	21	-	21
COFINS a Compensar	-	96	-	96
ICMS Ativo Imobilizado	-	83	230	341



Outros Impostos a recuperar	-	-	2	1
	<u>118</u>	<u>369</u>	<u>1.847</u>	<u>1.991</u>

Nota 9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Peças e Acessórios	2.786	3.217	4.043	3.862
Combustíveis e Lubrificantes	95	153	720	474
Pneus e Câmaras	35	23	307	126
Material de Consumo	142	153	246	266
Estoque Diversos	453	557	746	841
(-) Provisão para Perdas	(270)	-	(276)	-
	<u>3.241</u>	<u>4.103</u>	<u>5.786</u>	<u>5.569</u>

Nota 10. Cauções e Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Causas Trabalhistas	701	706	1.375	1.380
Justiça Federal	11.327	12.346	13.132	13.861
Bloqueio Judicial	-	284	883	2.726
	<u>12.028</u>	<u>13.336</u>	<u>15.390</u>	<u>17.967</u>

Nota 11. Investimentos e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Propriedades para Investimento	3.453	2.957	379.665	310.784
Outros Investimentos	117	117	263	264
	<u>3.570</u>	<u>3.074</u>	<u>379.928</u>	<u>311.048</u>

Propriedade p/Investimentos

A partir de 01 de janeiro de 2011, as Companhias reclassificaram os imóveis das contas do Ativo não Circulante Mantidos para Venda (em 2013) e Imobilizado (desde 2011) para Propriedade para Investimentos em função da efetiva intenção da administração, passando a adotar o método do valor justo para sua avaliação anual. Para a adoção do método do valor justo disposto no NBC TG 28 – Propriedades para Investimentos, a Companhia contratou especialistas, que emitiram laudos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A composição dos saldos está assim demonstrada:

	Prédios e Benfeitorias	Terrenos	Total
<u>Controladora</u>			



Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2020	3.573	9.925	13.498
Baixas	(945)	(9.925)	(10.870)
Ajuste ao Valor Justo	329	-	329
Saldo Final em 31 de dezembro 2020	2.957	-	2.957
Baixas	0	-	0
Ajuste ao Valor Justo	496	-	496
Saldo Final em 31 de dezembro 2021	3.453	-	3.453

Consolidado	Prédios e		Total
	Benfeitorias	Terrenos	
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2020	16.526	343.651	360.177
Baixas	(4.780)	(64.020)	(68.800)
Adições	2.337	-	2.337
Ajuste ao Valor Justo, líquido	1.093	15.977	17.070
Ajuste ao Valor Justo	-	-	-
Saldo Final em 31 de dezembro 2020	15.176	295.608	310.784
Baixas	(2.319)	(20.898)	(23.217)
Adições	-	1.900	1.900
Ajuste ao Valor Justo, líquido	965	89.233	90.198
Saldo Final em 31 de dezembro 2021	13.822	365.843	379.665

Outros Investimentos

Os outros investimentos se referem a participações incentivadas e participações em companhias não controladas, avaliadas ao custo.

Investimentos em Companhias Controladas

Provisão para perdas com Investimentos	Controladora	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Investimentos em Sociedades Controladas	(202.430)	(201.371)
	<u>(202.430)</u>	<u>(201.371)</u>

	Reunidas Transp. Rodov. de Cargas	Reunidas Ind. e Comércio	Reunidas Turismo	Totais
Nº Ações do Capital	27.800.000	850.000	450.000	
Valor do Patrimônio Líquido Ajustado	(203.027)	(975)	3.147	
Resultado do Exercício	8.220	(67)	(18.419)	
Informações sobre os Investimentos na Companhia				
- Percentual de Participação	100%	100%	50%	
- Nº de Ações Possuídas	27.800.000	850.000	225.000	
Valores Contábeis do Investimento				
Saldo no Início do Exercício	(183.715)	(771)	29.573	(154.913)



Resultado na Avaliação Patrimonial	(27.532)	(137)	(18.789)	(46.458)
Ajustes de Exercícios Anteriores em Controladas				
Saldo no Final do Exercício	<u>(211.247)</u>	<u>(908)</u>	<u>10.784</u>	<u>(201.371)</u>
Saldo no Início do Exercício	(211.247)	(908)	10.784	(201.371)
Resultado da Avaliação de Investimentos	8.220	(67)	(9.212)	(1.059)
Ajustes de Exercícios Anteriores em Controladas				
Saldo no Final do Exercício	<u>(203.027)</u>	<u>(975)</u>	<u>1.573</u>	<u>(202.430)</u>

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controladora:

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Ativo		
Reunidas Indústria e Comércio S.A.	-	17
Real Transportes e Turismo S.A.	37.004	38.416
	<u>37.004</u>	<u>38.433</u>
Passivo		
Reunidas Rodoviária Transportadora de Cargas S.A.	8.995	8995
	<u>8.995</u>	<u>8.995</u>
Efeito Líquido entre Ativos e Passivos	28.009	29.438

Nota 12. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Controladora	Taxa Dep. (%)	31 de Dezembro de 2021			31 de Dezembro de 2020		
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Terrenos		86.940	-	86.940	86.940	-	86.940
Edificações	5%	8.702	(852)	7.850	8.702	(634)	8.068
Móveis e Utensílios	10%	635	(460)	175	1.219	(957)	262
Máquinas e Equipamentos	10%	634	(533)	101	1.284	(1.155)	129
Software	20%	-	-	-	-	-	-



Veículos	20%	70.651	(55.340)	15.311	72.864	(55.993)	16.871
Equip. de Informática	-	3.751	(3.558)	193	3.781	(3.530)	251
		<u>171.313</u>	<u>(60.743)</u>	<u>110.570</u>	<u>174.790</u>	<u>(62.269)</u>	<u>112.521</u>

Consolidado	Taxa Dep. (%)	31 de Dezembro de 2021			31 de Dezembro de 2020		
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Terrenos		152.056	-	152.056	151.763	-	151.763
Edificações	5%	29.839	(2.998)	26.841	29.673	(2.247)	27.426
Móveis e Utensílios	10%	1.505	(972)	533	2.082	(1.418)	664
Máquinas e Equipamentos	10%	1.894	(1.236)	658	2.337	(1.783)	554
Software	20%	120	(117)	3	120	(115)	5
Veículos	20%	141.873	(97.374)	44.499	146.194	(100.007)	46.187
Equip. de Informática	-	5.120	(4.583)	537	5.124	(4.399)	725
Arrendamento De Imóveis De Uso		13.031	(5.270)	7.761	11.765	(1.010)	10.755
		<u>345.438</u>	<u>(112.550)</u>	<u>232.888</u>	<u>349.058</u>	<u>(110.979)</u>	<u>238.079</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021:

Controladora	31 de Dezembro de 2020				31 de Dezembro de 2021	
	Aquisições	Baixas	Depreciação	Valor	Aquisições	Valor
Terrenos				86.940		86.940
Edificações			(218)	8.068		7.850
Móveis e Utensílios	17	(65)	(38)	262	17	176
Máquinas e Equipamentos	27	(29)	(26)	129	27	101
Veículos	145	(546)	(1.159)	16.871	145	15.311
Equip. de Informática	39		(98)	251	39	192
	<u>228</u>	<u>(640)</u>	<u>(1.539)</u>	<u>112.521</u>	<u>228</u>	<u>110.570</u>

Consolidado	31 de Dezembro de 2020				31 de Dezembro de 2021	
	Aquisições	Baixas	Depreciação	Valor	Aquisições	Valor
Terrenos	293	-	-	151.763	293	152.056
Edificações	166	-	(751)	27.426	166	26.841
Móveis e Utensílios	33	(65)	(99)	664	33	533
Máquinas e Equipamentos	235	(29)	(102)	554	235	658
Software	4	-	(1)	-	4	3
Veículos	2.940	(1.465)	(3.162)	46.186	2.940	44.499
Equip. de Informática	65	-	(259)	731	65	537
Arrendamento de Imóveis de Uso	1.267	-	(4.261)	10.755	1.267	7.761
	<u>5.003</u>	<u>(1.559)</u>	<u>(8.635)</u>	<u>238.079</u>	<u>5.003</u>	<u>232.888</u>

Nota 13. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 8.045, na controladora e R\$ 18.327, no consolidado, em 31 de dezembro 2021 (R\$ 7.993, na controladora e R\$ 16.907, no consolidado, em 31 de dezembro de 2020).

Nota 14. Instituições Financeiras



		Dezembro de 2021		
			Não	
		Circulante	Circulante	Ref.
Instituição Financeira - Controladora				
Banco Mercantil do Brasil		809	506	A
Caruana S.A. Sociedade de Credito		405	1.874	B
		<u>1.214</u>	<u>2.380</u>	

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Referência	Modalidade	Garantias	31 de Dezembro de 2021		Último Vencimento
				Não	
			Circulante	Circulante	Ref.
A	Capital de Giro	Alien. Fiduciária Bens, Títulos e imóveis			31/dez./22
B	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária			25/maio/26
			<u>809</u>	<u>506</u>	
			<u>405</u>	<u>1.874</u>	
			<u>65</u>	<u>430</u>	
			<u>125</u>	<u>33</u>	
			<u>552</u>	<u>7.968</u>	
			<u>1.812</u>	<u>-</u>	
			<u>3.768</u>	<u>10.811</u>	

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Referência	Modalidade	Garantias	Último Vencimento
A	Capital de Giro	Alien. Fiduciária Bens, Títulos e imóveis	05/dez./22
B	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária	25/maio/26
C	Capital de Giro	Alien. Fiduciária Bens, Títulos e imóveis	28/dez./25
D	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária	15/jun./23
E	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária	25/maio/26
F	Capital de Giro	Duplicatas	21/ago./24

Nota 15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Salários e Ordenados a Pagar	489	555	2.132	2.044
INSS a Recolher	64.978	59.508	134.526	118.400
FGTS a Recolher	2.041	2.344	6.689	5.920
Contribuição sindical a recolher	774	567	960	726
Outras Obrigações Sociais	47	654	219	780



68.329	63.628	144.526	127.870
--------	--------	---------	---------

Nota 16. Obrigações Fiscais e Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
PIS a Recolher	5.281	4.944	15.728	13.934
IRPJ a Recolher	-	-	1.831	1.881
CSLL a Recolher	-	-	681	688
COFINS a Recolher	24.316	22.758	72.392	64.120
ICMS a Pagar	33.584	31.991	121.756	107.064
Demais Retenções	3.948	2.767	7.747	4.913
	<u>67.129</u>	<u>62.460</u>	<u>220.135</u>	<u>192.600</u>

Nota 17. Parcelamentos de Tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo Circulante				
Parcelamentos ICMS	93.378	102.425	167.536	186.955
Parcelamentos FGTS	473	894	942	1.478
Parcelamentos COFINS	2.325	2.240	12.283	11.578
Parcelamentos PIS	482	465	2.525	2.376
Parcelamentos IRRF	1.055	1.017	2.895	2.346
Parcelamentos PERT/PRT	10.350	10.350	17.359	17.359
Parcelamentos INSS	6.747	6.500	20.535	19.478
REFIS Lei nº 12.996/14	267.527	261.098	459.429	450.070
Parcelamentos IRPJ	-	-	52	50
Parcelamentos CSLL	-	-	31	30
Parcelamentos DETER	5.248	5.248	5.597	5.597
Parcelamentos Agergs	370	364	1.038	1.020
Parcelamentos IOF	148	142	799	630
Parcelamentos ANTT	7.239	6.973	11.040	11.719
	<u>395.342</u>	<u>397.716</u>	<u>702.061</u>	<u>710.686</u>
Passivo Não Circulante				
Parcelamentos ICMS	17.307	13.401	28.054	13.993
Parcelamentos INSS	-	-	2.575	1.612
Parcelamentos COFINS	-	-	703	23
Parcelamentos PIS	-	-	149	-
Parcelamentos IRRF	-	-	31	67
Parcelamentos ANTT	-	-	1.302	-
	<u>17.307</u>	<u>13.401</u>	<u>32.814</u>	<u>15.695</u>
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	<u>412.649</u>	<u>411.117</u>	<u>734.875</u>	<u>726.381</u>

Adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária

Em 14/nov./17, as Companhias **Real Transporte e Turismo S.A. – “Em Recuperação Judicial”**, **Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. – “Em Recuperação Judicial”** e **Reunidas S.A. Transportes Coletivos - “Em Recuperação Judicial”** aderiram ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, que foi aprovado pela Medida Provisória nº 783/17, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17, e regulamentado pela Instrução normativa RFB nº 1.711/17, tendo optado pela modalidade “3” do regime, que permite que o pagamento seja realizado da seguinte forma:

- Pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da



dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Os efeitos contábeis relativos à redução de juros e multas foram reconhecidos dentro do exercício de 2017. Já os créditos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para quitação do saldo restante devedor dos débitos tributários estão sendo reconhecidos com base na homologação por parte da Receita Federal do Brasil – RFB.

Nota 18. Partes Relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de negociações comerciais e contratos entre as partes. O demonstrativo abaixo apresenta, discriminado por modalidade tais operações com estas partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro 2021	31 de Dezembro 2020	31 de Dezembro 2021	31 de Dezembro 2020
Ativo Circulante				
Contratos de Mútuo				
Reunidas Industria e Comercio	1.236	1.123	-	-
Reunidas Turismo S.A.	3.173	3.712	-	-
Real Transporte e Turismo S.A.	-	-	-	-
	<u>4.409</u>	<u>4.835</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo Circulante				
Contratos de Mútuo				
Reunidas Transportes Rod. Cargas S.A.	37.355	22.730	-	-
Real Transporte e Turismo S.A.	294	264	-	-
	<u>37.649</u>	<u>22.994</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total Líquido entre Ativos e Passivos	<u>(33.240)</u>	<u>(18.159)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Contratos

As operações realizadas junto às companhias do grupo, relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais das referidas Companhias estão suportadas por contratos, ficando pré-estabelecido que as devoluções dos recursos transferidos, deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade de cada Companhia.

Nota 19. Provisões para Contingências



Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Companhia, para o mês de dezembro de 2021, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações cíveis, trabalhistas e fiscais, que foram classificadas como perdas prováveis, compostas da seguinte forma:

<u>Tipo da Ação</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ações Trabalhistas	1.363	7.154
Ações Cíveis	21.638	29.885
Ações Fiscais	4.208	12.199
	<u>27.209</u>	<u>49.238</u>

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Companhia, para o mês de dezembro de 2021, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações cíveis e trabalhistas, cujas práticas contábeis requerem a seguinte divulgação:

<u>Probabilidade</u>	<u>Controladora</u> <u>Tratamento Contábil</u>	<u>Valor</u>
Possível	Divulgar em Notas Explicativas	<u>121.343</u>
	<u>Consolidado</u> <u>Tratamento Contábil</u>	<u>Valor</u>
Possível	Divulgar em Notas Explicativas	<u>179.349</u>

Nota 20. IR e CS Passivo Diferido

	<u>Controladora</u>	
	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2021</u>	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2020</u>
Passivo Não Circulante		
IRPJ Passivo Diferido (A Patrimonial e Reserva de Reavaliação)	4.058	6.637
CSLL Passivo Diferido (A Patrimonial e Reserva de Reavaliação)	1.461	2.389
IRPJ Passivo Diferido (Propriedades p/ Investimento)	5.947	11.925
CSLL Passivo Diferido (Propriedades p/ Investimento)	1.982	3.975
	<u>13.448</u>	<u>24.926</u>
Valores Líquidos entre Ativos e Passivos	<u>13.448</u>	<u>24.926</u>



	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo Não Circulante		
IRPJ Passivo Diferido (A A Patrimonial e Reserva de Reavaliação)	6.334	9.696
CSLL Passivo Diferido (A A Patrimonial e Reserva de Reavaliação)	2.280	3.274
IRPJ Passivo Diferido (Propriedades p/ Investimento)	85.452	65.113
CSLL Passivo Diferido (Propriedades p/ Investimento)	30.604	24.002
	<u>124.670</u>	<u>102.084</u>
Valores Líquidos entre Ativos e Passivos	<u>124.670</u>	<u>102.084</u>

IR e CS Passivo Diferidos incidentes sobre o reconhecimento do ajuste ao valor justo das propriedades para investimentos e a realização do IR e CS Diferidos sobre o custo atribuído do Imobilizado são registrados em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, no Resultado do Exercício, representando R\$ (11.479) (Controladora) e R\$ 22.585 (Consolidado), em 31 de dezembro de 2021.

Nota 21. Patrimônio Líquido

O Capital Social integralizado em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 46.750, é composto de 7.600.000.000 (sete bilhões, seiscentos milhões) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por sócios nacionais.

Nota 22. Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Receita Operacional Bruta</u>				
Receita de Transporte de Passageiros Interestadual	4	-	7.695	5.821
Receita de Transporte de Passageiros Internacional	-	-	417	2.888
Receita de Transporte de Passageiros Intermunicipal	28.705	21.752	28.891	21.847
Transporte de Cargas	902	893	127.170	114.294
Receita de Fretamento e Turismo Internacional	-	-	2.664	1.488
Serviços Interestadual	-	-	31.229	22.257
Serviços Intermunicipal	-	-	8.457	6.693
<u>(-) Deduções</u>				
Impostos e Contribuições	(3.857)	(2.973)	(34.610)	(29.374)
Devoluções e Abatimentos	(2.642)	(2.176)	(7.691)	(6.555)
	<u>23.112</u>	<u>17.496</u>	<u>164.222</u>	<u>139.359</u>



Nota 23. Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2021, os valores representam R\$ 3.103, na Controladora (R\$ 73.020, no Consolidado), sendo gerados, em sua grande maioria, pelos efeitos das baixas e ajuste ao valor justo sobre os imóveis considerados como Propriedades para Investimentos, conforme demonstrado na movimentação na nota explicativa “11”, assim como resultado da venda de ativo imobilizado, conforme demonstrado na movimentação na nota explicativa “11”.

Nota 24. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Caçador, 31 de Março de 2.022.

LYCURGO FAORO COELHO
DE SOUZA:34775579991

Assinado de forma digital por LYCURGO
FAORO COELHO DE SOUZA:34775579991
Dados: 2022.04.29 08:55:24 -03'00'

Lycurgo Faoro Coelho de Souza
Diretor Presidente

ANDREA CARLA RUBERT
SPANHOLO:85426172900

Assinado de forma digital por ANDREA
CARLA RUBERT SPANHOLO:85426172900
Dados: 2022.04.29 08:55:46 -03'00'

Andréa Carla Rubert Spanholo
CRC/SC 026233/O-4
Contadora